

6

7 **ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DE BACIAS HIDROGRÁFICAS**
8 **DO RIO PARAÍBA-CBH-PB**

9 Aos seis dias do mês de agosto do ano de 2015, na sala de reunião do Centro de Ação Cultural -
10 Centrac, situado na Rua Rodrigues Alves, 672, bairro da Prata, Campina Grande PB, às 9h00,
11 realizou-se a 2ª Reunião Extraordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba-CBH-PB,
12 com as presenças dos membros constantes da lista anexa, para tratar da seguinte pauta: 1) Abertura;
13 2) Informes da Diretoria do CBH-PB; 3) Aprovação das Atas da 1ª Reunião Ordinária e 1ª Reunião
14 Extraordinária do CBH-PB; 4) Apresentação do Projeto de Revitalização do Rio Paraíba (Profª
15 Paula Frassinete – Coordenadora do Projeto); 5) Apresentação e Aprovação da Deliberação da
16 Comissão Gestora dos Açudes da Bacia do Rio Paraíba (Sra. Maria de Lourdes Representante -
17 DNOCS); 6) Apresentação sobre as licenças, ações e fiscalizações da extração de areia no leito do
18 Rio Paraíba (SUDEMA); 7) Apresentação da Visita ao Rio Paraíba no que concernem aos
19 municípios de Itabaiana e São Miguel de Itaipú, sobre a questão da Extração de Areia Mecanizada
20 no Leito deste Rio; 8) Palavra Facultada e 9) Encerramento. O Sr Ulysmar Curvelo Cavalcanti,
21 Presidente do CBH-PB, perguntou se todos receberam as Atas das Reuniões Ordinária e
22 Extraordinária enviadas por e-mail, para que fossem lidas e enviadas sugestões para naquela reunião
23 serem aprovadas. Não havendo contestamento foram aprovadas as atas da 1ª Reunião Ordinária e da
24 1ª Reunião Extraordinária. Em seguida, o Sr. Ulysmar Curvelo colocou para o plenário a sugestão
25 de inversão de pauta, que foi aceito pelos presentes. Passou-se para o item 4 da pauta: Apresentação
26 sobre o Projeto de Revitalização do Rio Paraíba. A Sra. Paula Frassinete, iniciou dizendo que é
27 Bióloga, professora aposentada da UFPB, faz parte da Associação de Proteção dos Amigos da
28 Natureza-APAN, que junto com o Sr. João Batista propuseram a criação desta deliberação do
29 COPAM que determina critérios sobre a retirada de areia, a cerca de dez anos, juntamente com o
30 Prof. Paulo Rosas (Geógrafo da UFPB) elaboraram documentos, estudos, alunos da UFPB estiveram
31 visitando o Rio e ao final saiu esta deliberação, que se conseguiu aprovar com muita dificuldade e
32 empecilhos, mas finalmente o COPAM aprovou a Deliberação, porém com uma determinação que
33 os licenciamentos só seguiriam aquelas normas a partir da homologação da Deliberação. Os
34 militantes do movimento ambientalistas acharam que não poderia ser assim. A Sra. Paula Frassinete
35 disse que não era ligada a questão das areias, mas a equipe da SUDEMA que está presente pode

36 responder sobre esta questão e adiantou que embora esteja trabalhando dentro das instalações da
37 SUDEMA é funcionaria da SEIRHMACT, designada para coordenar o Projeto de Revitalização do
38 Rio Paraíba o que passa a apresentar. Este Projeto está com muitas ações; Projeto de mata ciliar do
39 Rio Paraíba; o que se tem é todo um monitoramento dessa área desde a nascente na Serra de
40 Jabitacá. Técnicos que estiveram na nascente disseram que não tem problema, todo o problema do
41 rio está no seu curso notadamente na área do Brejo e na área do semiárido. É um Projeto do
42 Governo do Estado da Paraíba que de início se propunha simplesmente a plantio das margens do rio,
43 mas com o tempo e as discussões com vários órgãos que estão ligados foram visitados pela
44 coordenação do projeto que fica na SUDEMA, discutiu-se e percebeu-se que tem uma necessidade
45 muito maior que só plantar na margem do rio, por isso é que o projeto está sendo transformado em
46 um programa, cuja cópia já foi entregue ao Sr. Ulysmar Curvelo (Presidente do CBH-PB) da minuta
47 de um Decreto que se pretende que seja um Programa de Estado e não Programa de Governo.
48 Recentemente em reunião na AESA o Dr. João Fernandes da Silva Presidente da AESA, propôs que
49 fosse transformado em lei por que o decreto o governo pode derrubar, estamos trabalhando para que
50 ela seja transformada em medida provisória ou numa em lei encaminhada por um deputado quem
51 sabe o Deputado Jeová que criou a frente das águas. A ideia é que tenha força. O Plano é este,
52 destacamos alguns artigos que achamos de grande importância no Plano: artigo 1º fica criado na
53 SEIRHMACT esse Plano Estratégico de Gestão Ambiental-PEGA que estabelece a preservação de
54 nossos rios com todo ecossistema consorciado porque o rio não é só a água; o artigo 4º notadamente
55 o parágrafo 3 quer estabelecer com este Plano estratégia de inclusão sócio ambiental das populações
56 em torno do rio tem 14 assentamento rurais que precisam da nossa atuação e precisam também
57 deixar algumas praticas que são prejudiciais ao meio ambiente, mas isso vai ter um retorno porque a
58 ideia é que os assentamentos todos tenham como apoio o INCRA através de seus profissionais nos
59 assentamentos que tenham viveiros que já é uma fonte de renda para elas, como viveiro de plantas
60 nativas, plantas ornamentais ou frutíferas e já podemos sair no encalço dos apicultores que precisam
61 de mudas frutíferas só que os viveiros que irão servir para recomposição da mata ciliar obviamente
62 não vai ser viveiros de frutíferas a não ser frutíferas nativas, as frutíferas exóticas não poderão
63 constar. Esta discussão está sendo feita com técnicos do INCRA e esta Coordenação que está
64 elaborando um mini projeto para ser o Projeto Piloto, este será feito e instalado nos assentamentos
65 Massangana-I e Massangana-II e Canudos, a ideia é que já existem pessoas que faz o plantio no rio e
66 que já são coletoras de sementes, então estes três assentamentos como Planos Pilotos são essenciais
67 para se começar este trabalho. Essas estratégias de inclusão socioambiental são fundamentais para o
68 projeto e a responsabilidade é da SEIRHMACT e dos outros órgãos que estejam ligados a esta

69 Secretaria de Meio Ambiente do Estado e estabelecer que Projetos estratégicos e projetos
70 específicos, como do rio da mata ciliar, que vai cuidar especificamente da criação dos viveiros, da
71 coleta de sementes e do plantio dos viveiros, mas haverá compras de mudas, tem também como
72 meta cuidar dos passivos ambientais que são as usinas, trabalhadores rurais e todos esses passivos
73 sejam condensados para o bem desse projeto. Outra proposta é que os recursos do Projeto de
74 Integração do São Francisco possam financiar ações dos projetos de Revitalização do Rio Paraíba.
75 Não sabemos quando as águas do rio São Francisco vai chegar ao Estado. A ideia era interligar
76 bacias e terras, mas essa ideia não vingou, as águas do rio estão vindo não se sabe quando, os
77 recursos estão escasseando, a crise no País está muito grave mais há algum recurso ainda e vamos
78 tentar captar recursos também para o Rio Paraíba. Temos informações que a nascente do rio Paraíba,
79 localizada na Serra de Jabitacá, está preservada e acredito que não está degradada por causa do
80 difícil acesso. No primeiro momento vamos buscar solução para o rio Paraíba onde ele está sendo
81 mais degradado, quanto a questão da extração de areia, mas as dificuldades de continuar são
82 grandes, que não temos como começar algum trabalho onde há uma retirada intensiva da areia por
83 isso é fundamental ter esse controle e que se veja resultado imediatamente e principalmente o
84 problema da inclusão socioambiental, quem é de Itabaiana sabe que pessoas já morreram nesses
85 buracos feitos no rio, pois a questão não é a retirada de areia para desassoreamento é a intenção e o
86 objetivo dessa areia, há uns oito anos, houve uma ação do MPE e oitenta caminhões foram presos
87 por retirar areia irregular, agora tem licença do Departamento Nacional de Produtos Minerais -
88 DNPM só que o DNPM não avalia a questão ambiental, avalia somente a lavra. A SUDEMA tem
89 por obrigação avaliar a questão ambiental e muitas vezes essas licenças estão vencidas e acontece o
90 retalhamento, agora mesmo a dificuldade da deliberação é a questão de cinco hectares, a partir de
91 cinco hectares de lavra será obrigatório EIA RIMA, eles estão dividindo os hectares entre os
92 parentes, sobrinhos e etc., ou seja, a mesma coisa da reserva ambiental nas propriedades cinco por
93 cento aqui no Nordeste é de reserva legal, mas simplesmente o que acontece é a divisão da
94 propriedade entre os parentes, porque o código florestal é rígido, estou dentro do órgão ambiental
95 vendo de perto, como o número de funcionários é muito pequeno, embora eles trabalhem muito, mas
96 a quantidade de funcionários é muito reduzido e as degradações acontecem sempre e o poder de
97 fiscalização é pequeno, mas o Sr. João Vicente (Superintendente da SUDEMA) tem se empenhado.
98 Então nos todos temos a obrigação de denunciar, pois a demanda vinda da população é fundamental,
99 dizer o local e se possível com fotografias da degradação. As imagens de satélites passou um ano
100 para serem concluídas e vão está a disposição de vários órgãos que necessitarem. O Sr. Ulysmar
101 Curvelo Cavalcanti apresentou a Sra. Vanessa Batista e o Sr. Fernando Schramm, ambos estudantes

102 do Curso de Engenharia de Produção da UFCG, que estão fazendo um trabalho de apoio a decisão,
103 estudando modelo para tomar decisões em grupo, então escolheram o Comitê da Bacia Hidrográfica
104 do Rio Paraíba, por ser um grupo com segmentos diferentes. O Sr. Ulysmar já os convidou a
105 participar da próxima reunião e se socializarem com o Comitê. Passando para o item 2) Informes da
106 Diretoria Colegiada do CBH-PB: O Sr. Ulysmar Curvelo Cavalcanti (Presidente do CBH-PB) falou
107 que a convite da EMATER, o Comitê esteve nos municípios de Itabaiana, São Miguel de Itaipú e
108 Pilar para constatar “in loco” a degradação que se expande com a retirada de areia, através de
109 caminhões, caçambas, bombas, dragas e etc., que estão degradando o leito do rio Paraíba e convidou
110 o Sr. Aristarco Dias (EMATER) para apresentar o que foi constatado na visita. Ainda acrescentou
111 que o Comitê enviou ofício para os órgãos responsáveis pela expedição de autorização/licenças
112 (CAGEPA, SUDEMA e AESA) para que eles se pronunciassem sobre essa problemática, nesta
113 reunião. O Sr. Aristarco Dias (EMATER) fez uma breve explanação do que os representantes deste
114 Comitê constataram na visita, com apresentação de fotos, no momento da visita tinha algumas
115 caçambas carregadas com areia, próxima a essas áreas estavam afixadas placas com as respectivas
116 autorizações/licenças. O Sr. Aristarco Dias (EMATER) mencionou a Deliberação nº 3577 do
117 Conselho de proteção Ambiental - COPAM que estabelece normas e procedimentos para
118 licenciamento ambiental da extração de mineral de agregado para construção civil – areia, cascalho,
119 silte, argila – em leito de rios e riachos no Estado da Paraíba. Só que uma semana antes da
120 deliberação ser aprovada alteraram um dispositivo acrescentando para 7m de profundidade a retirada de
121 areia, o que é um absurdo, diz ele. Ainda acrescentou que, além dos membros deste comitê
122 estiveram nos acompanhando vários representantes local (CAGEPA, Vereador de Itabaiana,
123 representante de Pilar, S. Miguel de Itaipú, Profº João Batista da APAN e o Fórum do Comitê do
124 Rio Paraíba. Na estação de captação de água da CAGEPA, em Itabaiana, podemos identificar que
125 devido a ineficiência dos equipamentos por serem antigos, é visível o vazamento com desperdício de
126 água, segundo o técnico da CAGEPA local, a perda de água é em torno de 30% não me assustei
127 porque em Campina Grande é em torno de 40% este desperdício é muito para o momento de
128 racionamento quando a primeira providência é conter o desperdício pela própria CAGEPA; outro
129 ponto é que tem um vereador em Itabaiana dizendo que a barragem de acumulação de água para
130 captação, está assoreada e quer colocar uma draga para limpar a barragem e a areia ele quer
131 gentilmente, vender a construtora Acauã. O grande problema da areia que sai dos municípios de São
132 Miguel de Itaipu e Pilar a R\$ 80,00 chega em Recife por R\$ 800,00, apenas 120 km depois, uma
133 atividade econômica desse tipo que cresce mil por cento, são pessoas que tem poder, além de
134 estarem destruindo o Engenho Corredor que faz parte da nossa história. Foi nessas areias que José

135 Lins do Rego aprendeu e sujou os pés para escrever Menino de Engenho, Moleque Ricardo, Fogo
136 Morto, Usina e tantos outros. As pessoas não têm ideia de que as coisas são interligadas; uma
137 semana antes da Deliberação do COPAM que regulamenta a extração de areia, liberaram 17
138 extrações de areia, exatamente no Engenho Corredor, onde José Lins do Rego nasceu, não estão
139 conservando o patrimônio histórico, e licenciado pela SUDEMA, e estão legal, pois não estão
140 descumprindo lei nenhum. O Comitê pediu a reunião para que fossem tratadas todas as licenças e
141 renovadas a partir da Resolução Nova. É o que foi pedido, se é possível ou não, é uma questão para
142 o jurídico resolver. No dia da visita aos municípios Pilar e São Miguel de Itaipú tinham poucos
143 caminhões. Eles têm tanto poder que foram avisados da reunião do Comitê e retiraram todo o
144 maquinário. É uma estrutura forte. Não pense que estamos brigando com qualquer um não. O Sr.
145 Jacinto (representante do Fórum em defesa do Rio Paraíba) entrevistou, o que é curioso nessa história
146 toda é que todas as licenças que são fornecidas pela SUDEMA, obviamente fortalecidas muitas
147 vezes com parecer do Ministério Público é vergonhoso a questão do MP, parece que não vê nada
148 inclusive as prefeituras que também liberam os Alvarás o que torna os exploradores de areia de
149 forma regular, esses órgãos ajudam nessa regularidade, as Prefeituras são cúmplices, a SUDEMA e
150 o DNPM também são totalmente cúmplices. Esses órgãos têm a autoridade de fiscalizar “in loco” e
151 ter a consciência de que detém o poder de dizer “Não ou Sim” em relação a essa destruição que é
152 feita todos os dias no Rio Paraíba. Quando a licença é concedida justifica que é para pesquisa, então
153 desde 1995 que em São Miguel de Itaipú estão pesquisando a areia. A cidade de Pilar que é mais
154 próximo ao rio Tia Rosa está correndo um grande risco porque se houver uma enchente e como o rio
155 está muito profundo as barreiras vão amolecer e as casas podem desabar. Quando se fala que os
156 órgãos tem consciência e deixa as coisas acontecerem, aqui está a APAN junto com o movimento
157 em defesa do Rio Paraíba, que vem de muito tempo tentando coibir essa ação de retirada
158 desordenada de areia. O Sr. João Batista (APAN) falou que já está careca de tanto brigar e vai
159 continuar até o dia que seja barrada essa destruição no Rio Paraíba. Sabemos como é importante
160 quando a sociedade se encontra unida. Para que se tenha a mata ciliar de volta. Quem destruiu a
161 mata ciliar, não foram os agricultores, foram os latifundiários para plantar cana e fazer agropecuária,
162 inclusive alguns minifúndios agricultores que ainda estão próximo ao rio tem algumas árvores
163 frutíferas ou um pouco de bioma, mas quando se trata de latifúndio, arranca-se tudo e planta capim.
164 O Sr. Aristarco Dias (EMATER) sugeriu a Sra. Vanessa Batista e ao Sr. Fernando Schramm que
165 estão querendo fazer um estudo sobre a complexidade das decisões do comitê, este assunto de São
166 Miguel de Itaipu é um prato cheio, se quiser começar a pesquisa por aqui, inclusive com os conflitos
167 pessoais mesmo tem gente que é dono do rio, vereador que é dono de pedaço é um assunto bastante

168 conflitante e contraditório. Em reunião na Câmara de vereadores de São Miguel de Itaipú, foram
169 discutidos os encaminhamentos; onde entrou outro assunto muito sério em Itabaiana e Pilar é a água
170 de beber que está sendo distribuída como potável, sem nenhum controle de qualidade, em São
171 Miguel de Itaipú a CAGEPA não autua porque o povo prefere a água do rio sem tratamento, a pagar
172 uma taxa a CAGEPA para o tratamento adequado da água. Ainda informou que já tem estação de
173 tratamento, tem distribuição, só falta ligar, mas a população não quer; Acrescentou que o comitê
174 enviou um ofício para a AGEVISA e a mesma não se pronunciou. Solicito que os ofícios
175 encaminhados a esses órgãos pertinentes que sejam reiterados e se não houver resposta, que os
176 mesmos sejam encaminhados para o Ministério Público tomar conhecimento e se pronunciar, a Sra.
177 Paula Frassinete sugeriu incluir ofício também para o IPHAEP, haja vista está em questão também a
178 destruição uma obra do patrimônio Histórico que é o Engenho Corredor. O Sr. Aristarco Dias
179 (EMATER) disse que como resultado deste trabalho do Comitê as coisas já começam a repercutir,
180 como exemplo, um senhor que está com um investimento vertiginoso em Itabaiana já nos procurou
181 para pedir uma audiência ao Comitê e foram três associações de piscicultores de camarão,
182 associações de piscicultores de Itatuba e associação de usuário de água de Acauã, então eles querem
183 dialogar. Vou orientá-los que oficializem ao Comitê dizendo o que eles querem, finalizando
184 ressaltou que o Comitê tem muita boa vontade, muita decência, mas precisamos perder uma certa
185 dose de realidade, uma atividade que trabalha com um produto que durante o dia vale R\$ 80,00 e a
186 noite vale R\$ 800,00, não podemos combater só com reunião temos que ser mais efetivo, estamos
187 sendo eficiente como Comitê nas reuniões, eficaz porque está saindo relatório, mas não está sendo
188 efetivo porque não está havendo mudança. Precisamos agir cada um como cidadão, quando alguém
189 perceber uma irregularidade denunciar. A Sra. Maria Lourdes Barbosa de Sousa (DNOCS) sugeriu
190 ao plenário, que o comitê tem a diretoria para levar as demandas para vê se consegue alguma
191 solução, então o comitê convoque uma reunião com DNPM, SUDEMA, AGEVISA e
192 Representação/Associação desses Poluidores e já começar o processo para mostrar a essas pessoas
193 primeiro que o Comitê existe, e tudo o que acontece nesta bacia, tem que passar pelo plenário deste
194 Comitê e que podemos buscar com o plenário uma convivência legal. Se não conseguir convoca-se
195 o Ministério Público Estadual e Ministério Público Federal, chamar instâncias que pode se juntar a
196 este Comitê na busca de soluções harmoniosas. O Sr. Aristarco Dias (EMATER) salientou que a
197 CAGEPA já mandou o Plano de Contingência, só não determinou o prazo do início, porém teve
198 atenção. O Sr. Cláudio Brandão (Prefeitura de Campina Grande) acrescentou que o Comitê através
199 da sua Presidência deve solicitar uma audiência pública que começa com uma reunião, o Sr.
200 Aristarco Dias (EMATER) lembrou que já houve uma reunião do Comitê em Itabaiana e que só a

201 presença do Ministério Público já intimida. A Sra. Maria de Lourdes Barbosa (DNOCS) justificou
202 que o Comitê é um ambiente de resolução de conflitos, onde se conversa, para se chegar a uma
203 solução. A Sra. Elma Maria de Araújo Pimentel (FUNASA) dando continuidade aos informes da
204 Diretoria Colegiada do CBH-PB informou que a CAGEPA respondeu por escrito e enviou um Plano
205 de Contingenciamento de abastecimento de águas nos municípios de Itabaiana, Salgado de São
206 Félix, Aroeiras, São Miguel de Itaipú, Itatuba e outros que são abastecidos por Acauã que estão na
207 Bacia do Rio Paraíba. Ainda, fez uma observação sobre o Plano de contingência enviado pela
208 CAGEPA, que não está claro as etapas da realização dessas ações, pois não cita o período da
209 execução, ou seja, início e fim da programação, quando fala de campanhas educativas não cita onde
210 vão ser realizadas essas campanhas e quais as escolas, municípios e etc. O Sr. Ulysmar Curvelo
211 Cavalcanti (Presidente do CBH-PB) adiantou que este Plano será encaminhado para todos os
212 membros por e-mail; a SUDEMA e AESA ainda não responderam. O Sr. João Carlos (SUDEMA)
213 pediu para se fazer o registro na ata das presenças da equipe técnica da SUDEMA Sra. Simone, da
214 Coordenadoria de Estudos Ambientais –CEA, a Sra. Cristiane – Engenheira Ambiental da mesma
215 Coordenadoria, Sr. Pablo (geógrafo) setor de Extração de Areia-EIA e RIMA e Projeto do Rio
216 Paraíba, Sr. João Carlos do setor de Medições Ambientais, porém não foram enviados oficialmente
217 para fazer a apresentação do que foi solicitado, talvez devido a apresentação da Sra. Paula
218 Frassinete, a Superintendência da SUDEMA tenha entendido que fosse o mesmo assunto, o Sr. João
219 Carlos (SUDEMA) falou que ele não seria a pessoa certa para responder. A Sra. Elma Maria de
220 Araújo Pimentel sugeriu que fosse solicitado a CAGEPA o cronograma do Plano e um
221 posicionamento da AESA sobre o que é colocado no plano de sua responsabilidade (Fiscalização).
222 Prosseguindo, finalizando a apresentação da Sra. Paula Frassinete, convidou-se a SUDEMA para
223 falar sobre a questão das licenças, o Sr. João Paulo disse que esta apresentação seria referente à
224 extração de areia do Rio, houve um equívoco com a apresentação da Professora Paula, ele, porém
225 explanou com relação à questão da deliberação, que ele faz parte do Comissão do RO e a
226 deliberação impõe que acima de cinco hectares tem que ter o RO para poder abrir a lavra ou seja
227 licenciamento condicionado ao impacto ambiental da planta ocorre que tem-se observado esse
228 fracionamento que está sendo investigado pelo setor jurídico da SUDEMA se isso seria uma
229 emissão do trâmite natural, de certa forma eles têm dado entrada, então no DMPN você tem nos
230 talões lá com 50 hectare o DNPM licenciou 50ha, não basta os técnicos compreende que deve se ter
231 o RI sobre 50ha, ou seja área toda ficou licenciada, ocorre que o pedido que estava sendo de
232 licenciamento coincidente com essa área do licenciamento do Departamento Nacional de Produtos
233 Minerais - DNPM inclusive se a gente pegar as áreas do Departamento Nacional de Produtos

234 Minerais - DNPM por exemplo, Itabaiana tem áreas que estão sobre casas, se o minerador resolver
235 ele tem condições técnicas de construir, numa reunião que o DMPN teve com técnicos da SUDEMA
236 disse que a união é detentora do bem mineral, a partir do momento que ela licencia, a SUDEMA vai
237 responder sobre a questão ambiental. Entra a questão jurídica que é a seguinte, ele está licenciando,
238 mas condicionado a questão ambiental, ele não tem autonomia é o meu ponto de vista, há outra linha
239 de pensamento que acha que a partir que o DMPN licenciou a SUDEMA teria só que colocar as
240 condicionantes. Para essas questões todas, hoje, tem a Deliberação que instruiu parâmetros para que
241 fossem feitas todas as licenças com base em condicionantes que tivesse adequadas ao meio
242 ambiente. No âmbito da SUDEMA como as licenças começaram a ser pedidas dentro do valor de 50
243 hectares e foi para EIA RIMA, dentro de dois meses, já tinham aproximadamente 80 pedidos, então
244 são 80 EIA RIMA, 80 relatórios, do ponto de vista da SUDEMA isto ficou um pouco complexo
245 devido aos poucos técnicos para resolver. Então essas licenças estão temporariamente interrompidas
246 para que o consultor que fez a Deliberação dê o direcionamento técnico de como a SUDEMA deve
247 se comportar quanto ao licenciamento. Enquanto isto, os mineradores que não podem esperar estão
248 fazendo isto, então já tem uns sete pedidos de licenças que foram dados dessa forma. Porém o
249 responsável pelo setor é outra pessoa que não pode está aqui. O Sr. João Carlos (SUDEMA), ainda
250 justificou que o fluxo intersetorial demanda um pouco de tempo para que outro setor tome
251 conhecimento, são questões administrativas que a nova gestão está tentando organizar. A Sra. Maria
252 de Lourdes Barbosa (DNOCS) iniciou a apresentação da minuta de Deliberação para a constituição
253 da Comissão Gestora dos Açudes, e fez algumas reflexões: “ainda estamos na busca da estruturação
254 do Comitê para que ele seja um órgão representativo em todas as instâncias e que todos os conflitos
255 venha para este debate e se busque dentro da conversa inicialmente dentro dessa troca de
256 experiência e consiga um contexto para que se faça uma gestão de Recursos Hídricos e de meio
257 ambiente como um todo para que se possa viver melhor. Pensando nestas questões contribuir mais
258 ainda com questão de mais pessoas vindo para contribuir com essa gestão. O Regimento Interno-RI,
259 artigo 3º inciso 5º diz que o Comitê pode promover a formação de comissões gestoras para que
260 trabalhe a questão de trechos da bacia, no caso desta Bacia não há rios perene e sim rios secos, o rio
261 nessa bacia é um leito, é um local onde quando chove passa água, então por não existir esse rio,
262 ocorre esse problema da retirada de areia que mexe com a estrutura e causa tantos problemas.”
263 Foram construídos no Nordeste semiárido os açudes que é realmente os locais que podem garantir a
264 água para que se passe o período que não tem mais chuva, convivemos com dois períodos: inverno e
265 seca. De janeiro a maio, mais ou menos se constitui o período das chuvas (que chamamos de
266 inverno), a partir de junho começa o período de estiagem, que pode ser só aquele ano ou pode se

267 prolongar por mais anos, como agora que já estamos no quarto ano de seca, onde as chuvas se
268 ocorrem são abaixo da média e não tem condições de encher os açudes. Imaginem se não tivéssemos
269 os Açudes de Boqueirão, Mãe d'Água entre outros. O DNOCS monitora 42 açudes, Com a Lei
270 9433/97 de Recursos Hídricos existem os órgãos gestores no caso da Paraíba, a AESA que já faz
271 toda a parte de monitoramento, o DNOCS vai cuidar da questão dos açudes das obras em si, e claro
272 formar a parceria, com Termos de Cooperação para que se trabalhe junto no sentido de fornecer
273 dados porque a gestão do uso da água nos açudes federais é responsabilidade da Agência Nacional
274 de Água - ANA, as águas estaduais da AESA. Então, nesses açudes têm algumas pessoas que estão
275 no entorno e podem dar uma contribuição muito grande para o trabalho de gestão dessa bacia.
276 Considerando que as pessoas que vivem naquele local detém o conhecimento, vivências sobre o
277 mesmo elas são mais representativas em dizer quais são as demandas daquele lugar, é melhor do que
278 se ficar em gabinete traçando plano de uma coisa que não se conhece. É importante que essas
279 pessoas que vivem nesse entorno venham também trazer sua participação, evitando a possibilidade
280 de se cometer erros. A Política Nacional de Recursos Hídricos traz a figura do comitê de bacia que
281 vê a bacia como um todo, no caso do Rio Paraíba, a bacia começa na Serra de Jabitacá, passa por
282 Taperoá e vai até Cabedelo, toda essa área imensa só os técnicos planejavam, a figura do Comitê
283 trouxe a população com sua representatividade para ajudar a discutir a sustentabilidade e se
284 proporcionar uma condição de vida melhor. Em 2004 o DNOCS através de Termos de Cooperação
285 Técnica começou a fazer Comissões Gestoras de Açude, o Diretor geral entendeu que para gerenciar
286 melhor o Açude teria que entender aquela população que estava no entorno, obter a influência deles,
287 como o que é melhor e o que fazer. O DNOCS fez dessa forma para ajudar. Na Paraíba foram criada
288 a princípio oito Comissões Gestoras. No caso dos Comitês, existe o Regimento Interno que pode
289 institucionalizar a formação dessas Comissões, no âmbito do Comitê porque ele é uma instância de
290 Gestão, como o Comitê não é um órgão gestor de uso de água, mais de gerenciamento, então ela fica
291 mais bem localizada. No Ceará, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CONERH, em 2007,
292 estabeleceu uma resolução para que essas Comissões Gestoras criadas pelo DNOCS, fossem
293 trabalhadas, para serem oficializadas como uma instância de Gestão e contribuição para um melhor
294 trabalho na questão da Bacia. O Comitê do Piancó Piranhas Açú que é um Comitê Federal que
295 existe entre o Estado da Paraíba e o Estado do Rio Grande do Norte, em 2014 fez uma Deliberação
296 para renovar Comissões formadas e para formar Comissões de Açudes neste clima de melhor fazer a
297 gestão de Recursos Hídricos. O CBH-PB em reunião Extraordinária realizada de 20 de maio de
298 2015 foi trabalhada a questão de uma Comissão para estudar e fazer uma minuta de Deliberação
299 justamente para adequar aquelas Comissões Gestoras que já existem na Bacia do Paraíba e para

300 formar novas Comissões Gestoras já no âmbito do Comitê. A Comissão que elaborou a minuta foi
301 constituída pelos seguintes membros do CBH-PB: Lourdes (DNOCS), Aristarco (EMATER), João
302 Paulo (CREA) e Fábio Cidrin (AESAs). Agora resta ao Plenário apreciar, fazer as modificações que
303 julgar necessárias e aprovar. A minuta como é do conhecimento de todos, foi enviada a todos os
304 membros justamente para colher contribuições. Se alguém tem alguma contribuição, será discutido
305 neste momento de exposição. O Sr. Cláudio Brandão (Prefeitura Municipal de Campina Grande)
306 questionou quanto à formação dessas comissões, o Sr. Fábio Cidrin (AESAs) as Comissões é um
307 meio quando se tem uma bacia muito grande, mais do que isso tem determinadas estrutura hídricas
308 na bacia que são críticas e podem ter conflitos, para mediar conflitos o comitê pode formar
309 comissões gestoras, então a Comissão vai fazer com que o Comitê esteja mais perto da realidade. Já
310 foi bastante discutido aqui no comitê, como temos 60 membros titulares, mesmo assim não se
311 consegue ter aquela representatividade em determinados locais, então vamos criar Comissão do Alto
312 e do Baixo Paraíba, mas é importante que o plenário delibere, isso é importante, acredito que vai
313 melhorar a atuação do Comitê, lembrando que a comissão vai trazer a realidade por exemplo do
314 Açude de Boqueirão para o Comitê . De forma que o Comitê vai ter um trabalho mais eficiente, tem
315 obra dentro da bacia que vai demandar também um apoio do Comitê; na última reunião se pensou
316 em criar um grupo de trabalho, disse Sr. Fábio Cidrin (AESAs), para criar uma Comissão gestora de
317 Boqueirão só que se percebeu que se fizesse o trabalho só com Boqueirão, teria que fazer um grupo
318 de trabalho com Acauã e assim por diante. Então a Comissão vai regulamentar dentro dos Comitês
319 como formar as Comissões Gestoras. O Comitê como Colegiado tem a regra do Jogo e a partir da
320 regra do Jogo e das prioridades que o Comitê faz em relação a sua estrutura hídrica é que vão ser
321 criadas Comissões vinculadas ao Comitê e o que a Comissão vai fazer é trazer um olhar mais
322 aproximado da realidade, olhar mais efetivo de quem participa da estrutura daquele local. A Sra.
323 Maria de Lourdes Barbosa (DNOCS) continuou isto é uma deliberação, o Comitê para regulamentar
324 suas ações é através de Deliberação, tudo precisa está normatizado, legalizado, tem que ter um
325 instrumento legal, e o do comitê é a Deliberação que sai no plenário. O Plenário autoriza a Diretoria
326 a fazer alguma coisa onde todos os membros estão comprometidos. Tudo tem que vir para o plenário
327 que é quem Delibera. Utilizamos como metodologia a formação das Comissões Gestoras já criadas
328 pelo DNOCS. A metodologia que é usada para fazer esse tipo de trabalho de mobilização, primeiro
329 foi o sentimento de que quem está perto pode trabalhar muito melhor, essa gestão, contribuir muito
330 mais do que quem está longe. Uma metodologia que se tem que fazer antes de trabalhar qualquer
331 coisa, primeiro mobilização da sociedade, vai ao local, ou seja, essa Deliberação antes de qualquer
332 coisa vem para o plenário para discussão e aprovação que deve constar de uma reunião

333 Extraordinária onde o plenário vai dizer se é interessante criar a Comissão do Açude Epitácio
334 Pessoa. Embora se tenha 20 sistemas hídricos, mas queremos começar pelo Açude Epitácio Pessoa,
335 por causa da crise hídrica. O Sr. Ulysmar Curvelo (Presidente do CBH-PB) disse que ia encaminhar
336 esta minuta a todos os membros, estipulando um prazo para que os membros se pronunciem se tem
337 observação a fazer para podermos marcar uma nova reunião extraordinária para aprovação desta
338 Deliberação. O Sr. Fábio Cidrin (AESA) disse que depois do primeiro passo será identificar as
339 prioridades na bacia para formar a Comissão de Boqueirão. Deve-se começar por Boqueirão. Dr.
340 Rodrigo Flexa apresentou o estudo hidrológico, quanto temos de água. A ANA é a gestora do Açude
341 Epitácio Pessoa e deve normatizar a operacionalização desse Açude. Com o advento da
342 Transposição do São Francisco vai aumentar a responsabilidade do CBH-PB, tendo em vista a
343 cobrança pelo uso dessa água. A Comissão do Açude Epitácio Pessoa é fundamental, hoje já temos
344 cobrança no Rio Paraíba, mas não no Açude Epitácio Pessoa, porque ele é Federal e a AESA não
345 tem competência para cobrar em áreas federais. Ainda informou que foi feita uma visita para vê uma
346 certa planta que estava proliferando no Açude Epitácio Pessoa, com especialistas da ANA, Prof^a
347 Beatriz Ceballos da UFCG, Prof^o Enio, AESA, FUNASA e os técnicos da ANA trouxeram uma boa
348 notícia que a qualidade da água é muito boa e a planta que está se proliferando não traz nenhum
349 problema na qualidade da água inclusive ela favorece a evapotranspiração. Traz um certo transtorno
350 para a pesca artesanal. A Sra. Maria de Lourdes Barbosa (DNOCS) lembra que desde 2012 tem a
351 Lei de Segurança de Barragens. O Sr. Ulysmar Curvelo Cavalcanti (Presidente do CBH-PB) sugeriu
352 dois encaminhamentos: Convidar o Prof^o Enio para falar sobre essa planta e a outra é fazer uma
353 reunião em Monteiro/PB. A reunião foi encerrada, e eu Elma Maria Pimentel, lavrei a ata que vai
354 por mim assinada e demais membros presentes.

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA – CBH-PB

Instituído pelo Decreto Nº 27.560, de 04.09.2006 – D.O.E., 05.09.2006.

ASSUNTO: 2ª Reunião Extraordinária do CBH-PB

DATA: 06/08/2015

LOCAL: Auditório do Colégio Estadual da Prata

Município: Campina Grande – PB

LISTA DE PRESEÇA

Poder Público Municipal

Nº	Titular/ Suplente	Instituição	Representante	RG	Assinatura	E-mail/Telefone	Município
1	Titular	Prefeitura Municipal de Assunção	Josefa Leal de Melo	1142463588	<i>Josefa</i>	(033) - 99656-7447	Assunção
	Suplente	Prefeitura Municipal de São José dos Cordeiros	Josilton Andrade João de Andrade				São José dos Cordeiros
2	Titular	Prefeitura Municipal de Barra de São Miguel	Manoel Gomes da Silva				Barra de S. Miguel
	Suplente	Prefeitura Municipal de Prata	Josenildo Rodrigues de Sousa				Prata
3	Titular	Prefeitura Municipal de Boqueirão	Kristeny Leite Chaves	1726349	<i>KLC</i>	KRISTENY@BOQUEIRAO.PB	Boqueirão
	Suplente	Prefeitura Municipal de Barra de Santana	Gierlaine Silva Pereira				Barra de Santana
4	Titular	Prefeitura Municipal de Cabedelo	Walber Farias Marques				Cabedelo
	Suplente	Prefeitura Municipal do Riachão do Bacamarte	Francinir Nunes Machado				Riachão do Bacamarte
5	Titular	Prefeitura Municipal de Campina Grande	Cláudio Brandão Costa	966.909.58	<i>Cláudio</i>	(083) 988689843	Campina Grande
	Suplente	Prefeitura Municipal de Gado Bravo	Fábio José da Silva				Gado Bravo

355

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA – CBH-PB

Instituído pelo Decreto Nº 27.560, de 04.09.2006 – D.O.E., 05.09.2006.

		Gado Bravo					
6	Titular	Prefeitura Municipal de Caraúbas	Alfredo Junior Santos	266 2881	<i>Alfredo Junior Santos</i>	(83) 9 8754-6382	Caraúbas
	Suplente	Prefeitura Municipal de Coxixola	Luciano da Silva Santos				Coxixola
7	Titular	Prefeitura Municipal de Juarez Távora	Cornélio Freire da Silva				Juarez Távora
	Suplente	Prefeitura Municipal de São José dos Ramos	Vital Leopoldino de Oliveira Neto				São José dos Ramos
8	Titular	Prefeitura Municipal de Lagoa Seca	Glória Maria Sônia de Araújo Silva				Lagoa Seca
	Suplente	Prefeitura Municipal de Sobrado	José Alves de Sousa				Sobrado
9	Titular	Prefeitura Municipal de Santa Cecília	Josefa Adilza Lima da Silva				Santa Cecília
	Suplente	Prefeitura Municipal de Umbuzeiro	Clodoval Bento de Albuquerque				Umbuzeiro
10	Titular	Prefeitura Municipal de São João do Tigre	José Domingos Bezerra Queiroz				São João do Tigre
	Suplente	Prefeitura Municipal de Monteiro	Martinho Aparecido Souza Almeida				Monteiro
11	Titular	Prefeitura Municipal de Seridó	Wesley Leandro Gonçalves de Sousa				Seridó
	Suplente	Prefeitura Municipal de Taperoá	Francisco Ronaldo Bezerra Victor				Taperoá
12	Titular	Prefeitura Municipal de Tenório	José Moura da Fonseca				Tenório
	Suplente	Prefeitura Municipal de Junco do Seridó	Kleber Fernandes de Medeiros				Junco do Seridó

356

357

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA – CBH-PB

Instituído pelo Decreto Nº 27.560, de 04.09.2006 – D.O.E., 05.09.2006.

Poder Público Estadual						
Nº	Titular/Suplente	Instituição	Representante	RG	Assinatura	E-mail/Telefone
1	Titular	Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado - AESA	Fábio Cidrin Gama	19890876-6	<i>[Assinatura]</i>	<i>fabio.cidrin@paraiba.pb.gov.br</i>
	Suplente	Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado - AESA	Porfirio Catão Cartaxo Loureiro			
2	Titular	Defesa Civil	George Sabóia Marinho			
	Suplente	Defesa Civil	Antônio Cavalcanti de Brito	163.916-55/15	<i>[Assinatura]</i>	<i>antonio.cavalcanti@paraiba.pb.gov.br</i> 810.391138
3	Titular	EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba	Aristarco Dias de Araújo Filho	181-245-SSP/15	<i>[Assinatura]</i>	<i>aristarco@emater.pb.gov.br</i> 993144255
	Suplente	Superintendência de Administração e meio Ambiente- SUDEMA	João Carlos	2658007 SSP/15	<i>[Assinatura]</i>	<i>jc.sudema@paraiba.pb.gov.br</i> 98814-6942
Poder Público Federal						
Nº	Titular/Suplente	Instituição	Representante	RG	Assinatura	E-mail/Telefone
1	Titular	FUNASA - Fundação Nacional de Saúde	Elma Maria de Araújo Pimentel	684 341 SSP/15	<i>[Assinatura]</i>	<i>elma.pimentel@funasa.gov.br</i>
	Suplente	ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	Fabiano Gumier Costa			
2	Titular	DNOCS - Departamento Nacional de Obras contra as	Maria de Lourdes Barbosa de Sousa	565.005	<i>[Assinatura]</i>	<i>lourdes.maria@dnocs.gov.br</i> (83)99112-4380

358

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA – CBH-PB

Instituído pelo Decreto Nº 27.560, de 04.09.2006 – D.O.E., 05.09.2006.

Secas						
Usuários de Água						
Nº	Titular/Suplente	Instituição	Representante	RG	Assinatura	E-mail/Telefone
1	Titular	AGROVAL- Agroindustrial Vale do Paraíba Ltda	Ulysmar Curvelo Cavalcanti	01202944	<i>[Assinatura]</i>	
2	Titular	Alba Regina Mendonça Pereira	Roberto Luciano de Brito Alves Pereira			
3	Titular	Aqualuna - Aqualuna Aquacultura Ltda - ME	Geraldo Cicero Barbosa Júnior			
4	Titular	Aquamaris Aquacultura S/a	Fernando Serpa de Menezes			
5	Titular	Campilar Aquacultura Ltda-EPP	Wagner Villar Saraiva			
6	Titular	Colônia de Pescadores e Aquicultores Z-8 Anastácio Maia	Maura Araújo de Andrade	058.636-944-91	<i>[Assinatura]</i>	939524605
	Suplente	Colônia de Pescadores Z-6 Arnaldo Luz	José Nascimento dos Santos	821-821	<i>[Assinatura]</i>	999524605
8	Titular	Companhia de Água e Esgotos da Paraíba - CAGEPA	WALDEMIRO S. CAROLINO	176-268	<i>[Assinatura]</i>	8822-3662
	Suplente	CAGEPA	Maria Suzanete Cavalcante de Oliveira	1011109	<i>[Assinatura]</i>	<i>maria.suzanete@cagepa.pb.gov.br</i>
9	Titular	Cia Usina São João	Ivonaldo Batista da Silva	5719673	<i>[Assinatura]</i>	<i>ivonaldo@ciausina.com.br</i>
10	Titular	Gilvan Celso Cavalcanti de Moraes	Josias Dias dos Santos			
11	Titular	Indústria Alimentícia do Vale Ltda	Agenor Luiz Dias Torres			
12	Titular	Japungú Agroindustrial S/A	Alexandre Maciel			

359

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA – CBH-PB

Instituído pelo Decreto Nº 27.560, de 04.09.2006 – D.O.E., 05.09.2006.

			Guerra				
13	Titular	João Bezerra Neto	O mesmo				Congo
14	Titular	José Ivanildo Cavalcanti de M.Filho	Carlos Henrique de A. Farias				Santa Rita
15	Titular	José Waldomiro Ribeiro Coutinho Filho	O mesmo				Santa Rita
16	Titular	Manoel Aleixo da Silva	O mesmo				Congo
17	Titular	Osmar de Lira Carneiro	O mesmo				Prata
18	Titular	Refrescos Guararapes	Robinson Noronha	34038099	<i>[assinatura]</i>	RENAMAS@GOLAR.NE.com.br 87105082	João Pessoa
19	Titular	Samuel Herminio do Nascimento	O mesmo				Campina Grande
Sociedade Civil							
Nº	Titular/Suplente	Instituição	Representante	RG	Assinatura	E-mail/Telefone	Município
1	Titular	APAN - Associação Paraibana dos Amigos da Natureza	João Batista da Silva		<i>[assinatura]</i>	jbata7aig.com.br 81-999841422	João Pessoa
2	Titular	Associação de Liderança e Organizações, Agricultores e Agricultoras Familiar do Cariri Paraibano	Cláudia Catarina Silva Cordeiro	3176149	<i>[assinatura]</i>	amaciocorcorado@gmail.com / claudiacorcorado@gmail.com	Boqueirão
3	Titular	Associação dos Irrigantes do Açude Epitácio Pessoa	Cláudia Fernanda Costa Estevam Marinho		<i>[assinatura]</i>	AGACPBO@GMAIL.COM BR	Boqueirão
4	Titular	Associação Olímpia Bezerra dos santos das Comunidades Moco de Baixo, Cupiras, Cacimbinha	Rogilmar Ferreira Torres				Monteiro
	Suplente	Assoc. dos Moradores e Usuários de Aguas da Bacia	Vital Rodrigues Filho				Sumé

360

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA – CBH-PB

Instituído pelo Decreto Nº 27.560, de 04.09.2006 – D.O.E., 05.09.2006.

		do Açude Sumé – AMUABAS					
5	Titular	Associação Centro Rural de Formação	Keyth Oliveira do Rosário	3923013	<i>[assinatura]</i>	(83) 98208-4451	Cruz de Espirito Santo
6	Titular	Associação Comunitária das Comunidades do Sítio Cajueiro e Adjacências	José Leodora Pereira				Pocinhos
	Titular	Associação Comunitária José de Deus Barbosa dos Pescadores e Aquiculturadores de Ouro Velho	José Genival de França				Ouro Velho
7	Suplente	Associação do Projeto Tilápia do Açude Cordeiro	Benedito Carlos Deodato da Silva	2454844	<i>[assinatura]</i>	999036224	Congo
8	Titular	Centrac - Centro de Ação Cultural	Antônio Carlos de V. Albuquerque	852913	<i>[assinatura]</i>	033.931133101	Campina Grande
9	Titular	Cooperativa Agrícola Mista dos Irrigantes de Sumé	José Ivanildo Aleixo de Souza	2709928	<i>[assinatura]</i>	ivanildo.nen2@outlook.com	Sumé
	Suplente	Centro Vida Nordeste	João Pedro Salvador de Lima				Prata
10	Titular	Conselho Regional de Engenharia da Paraíba - CREA-PB	João Paulo Neto	157-661	<i>[assinatura]</i>	joaopaulo@crea.pb.gov.br	João Pessoa
11	Titular	Instituto Federal da Paraíba – IFPB	Keliana Dantas Santos				João Pessoa
12	Titular	Sindicato dos Trabalhadores e Aposentados Rurais de Araçagi	Antônio Cesário Domingos irmão				Araçagi
	Suplente	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de	Eraldo Ferreira dos Santos				Riachão de Bacamarte

361

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA – CBH-PB

Instituído pelo Decreto Nº 27.560, de 04.09.2006 – D.O.E., 05.09.2006.

		Riachão de Bacamarte				
	Titular	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cruz do Espírito Santo	Maria do Socorro Gouveia			Cruz do Espírito Santo
13	Suplente	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Caldas Brandão	Marcelo Pereira da Aguiar			Caldas Brandão
14	Titular	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cubati	Maria Audenora Luna Fernandes			Cubati
	Titular	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santa Cecília	José Valter de Lira			Santa Cecília
15	Suplente	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de São Domingo do Cariri	Antônio Pereira Diniz	12.19.644	2-Maria Bonadea 4-Singorindiafonseca@net	São Domingo do Cariri
16	Titular	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de São Sebastião do Umbuzeiro	Tânia Cristina Barro Silva			São Sebastião do Umbuzeiro
	Suplente	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de São João do Tigre	Sebastião de Brito Bezerra			São João do Tigre
17	Titular	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Soledade	Adeilson Antônio de Moraes			Soledade
18	Titular	Universidade Federal de Campina Grande – UFCG	Ricardo Nóbrega Pedrosa			Campina Grande

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA – CBH-PB

Instituído pelo Decreto Nº 27.560, de 04.09.2006 – D.O.E., 05.09.2006.

Outros Participantes:

1. FERNANDO SCHRAMM - Engenharia Produção UFCG (fernando.schramm@iglobo.com) 999952226
2. VANESSA BATISTA - ENGENHARIA DE PRODUÇÃO UFCG (vbatista@iglobo.com) 999952446
3. ~~Paula Passante Dias Duarte - SUDEMA/SEIRHMACT~~
4. Simone Pereira - CEA/SUDEMA - 32895-3237
5. ~~Christiane Pereira - CEA/SUDEMA~~
6. ~~Generaldo Pinheiro do Egito~~ *comelho@cagepa.pb.gov.br*
7. ~~Maria Bernagete Alves Junior~~ *indicatorduraispb@hotmail.com 987766786*
8. ~~Valdemiro da Souza Carlos~~ *Valdemiro@cagepa.pb.gov.br*
9. ~~João Carlos de Sales - São Miguel de Taipu - joao@sales.net.br~~ *98777-2556*
10. ~~Maurício de S. Viegas - AESA~~
11. ~~Maurício Viegas de Brito (CAGEPA)~~
12. ~~Maria Celia da Nóbrega - AESA~~
13. _____
14. _____